

volume

28/2

julho/2023

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Educação e História:

Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica



Hist. Rev. Pelotas Número 28/2 p.1-261 jul. 2023

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica – Prof^{fa}. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidade de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Magda de Abreu Vicente
(FURG) | Caroline Braga Michel (FURG)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Aspecto de sala de aula do Colégio Agrícola
Visconde da Graça (1924) – acervo Profa. Dra. Magda de
Abreu Vicente

Pareceristas ad hoc:

Ariane dos Reis Duarte | André Luiz de Oliveira Fagundes |
Chéli Nunes Meira | Chris de Azevedo Ramil | Dione
Lihtnov | Estela Denise Schütz Brito | Estela Maris
Reinhardt Piedras | Fernando Cezar Ripe da Cruz | Filipi
Vieira Amorim | Itamaragiba Chaves Xavier | Jaqueline de
Gaspari Piotrowski | Jeane dos Santos Caldeira | Joseane
Cruz Monks | Lisiane Sias Manke | Lislaine Sirsi Cansi
| Lucas Grimaldi | Maria Augusta Martiarena | Paula Corrêa
Henning | Raquel Azambuja Santos | Rita de Cássia Grecco
dos Santos | Sabatha Catoia Dias | Wellington Freire
Machado | Valesca Brasil Costa

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2023/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: ndh.ufpel@gmail.com



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Educação e História: Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.28, n.2, jul. 2023. – Pelotas: UFPel/NDH, 2023 – 261 p. ; 12,2MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Educação 3. Memória

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Magda de Abreu Vicente Caroline Braga Michel</i>	08
DOCÊNCIA FEMININA NO SÉCULO XIX: ENTRE CRÍTICAS, DENÚNCIAS, POLÊMICAS E REPRESÁLIAS FEMALE TEACHING IN THE 19TH CENTURY: CRITICISM, COMPLAINTS, POLEMICS AND REPRISALS <i>Eliane Peres</i>	15
A PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA NA CIDADE DE PELOTAS: UM RELATO DE PESQUISA THE WOMEN PRESENCE IN AGRICULTURAL PROFESSIONAL EDUCATION AT PELOTAS CITY: A SEARCH REPORT <i>Fabiola Mattos Pereira Angelita Soares Ribeiro</i>	38
O IR E VIR DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA NO CURSO DA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA THE COMING AND GOING OF BRAZILIAN EDUCATIONAL LEGISLATION IN THE COURSE OF THE HISTORY OF TEACHER TRAINING OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION <i>Elisane Ortiz de Tunes Cristhianny Bento Barreiro</i>	56
BAÚ DE GUARDADOS: O ACERVO DOCUMENTAL DA PROFESSORA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) KEPT IN A TRUNK: THE DOCUMENTAL COLLECTION OF ART TEACHER MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) COFRE DE GUARDIÃ: LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE LA MAESTRA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) <i>Jailson Valentim dos Santos</i>	80
IMPLEMENTAÇÃO DO ESTÁGIO NAS ESCOLAS REAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DE UM DESAFIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERNSHIP IMPLEMENTATION IN REAL SCHOOLS: A CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF A STRUCTURAL CHALLENGE OF TEACHER TRAINING POLICIES <i>Valdeniza Maria Lopes da Barra</i>	96

- ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)**
 CHILDCARE IN MARANHÃO PROVINCE: THE BROTHERHOOD OF SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)
Rosyane de Moraes Martins Dutra 115
- LAS CONSTRUCCIONES DE GÉNERO Y EMOCIONALIDAD EN LAS INFANCIAS A TRAVÉS DE LOS TEXTOS DE LECTURA ESCOLAR. URUGUAY 1900-1930**
 THE CONSTRUCTIONS OF GENDER AND EMOTIONALITY IN CHILDHOOD THROUGH SCHOOL READING TEXTS. URUGUAY 1900-1930
Silvana Espiga | Paola Dogliotti 128
- A DIMENSÃO CLASSIFICATÓRIA EM GRUPOS ESCOLARES CAMPO-GRANDENSES (1958-1969)**
 THE CLASSIFICATORY DIMENSION IN SCHOOL GROUPS FROM CAMPO GRANDE (1958-1969)
Helen Caroline Valdez Monteiro 153
- CADA AGORA CONTÉM MUITOS ANTES E DEPOIS, CADA AQUI CONTÉM MUITOS ALIS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**
 EACH NOW CONTAINS MANY BEFORES AND AFTERS, EACH HERE CONTAINS MANY THERES: TEACHER'S AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN HISTORICAL PERSPECTIVE
Miriã Lúcia Luiz | Bruna Mozini Subtil | Brunna Terra Marcelino | Mariana Dall Orto dos Santos 175
- O SILÊNCIO DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL**
 THE SILENCE OF EDUCATIONAL HISTORY MANUALS ON THE RACIAL ISSUE
Joatan Nunes Machado Junior | Juliana Césarío Hamdan 200
- MEMÓRIAS DISCENTES SOBRE A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ELOS DE UM PERCURSO FORMATIVO**
 STUDENT MEMORIES ABOUT SCHOOL SUPPLIES CULTURE AND TEACHER TRAINING: LINKS IN A TRAINING PATH
 RECUERDOS ESTUDIANTELES SOBRE LA CULTURA MATERIAL ESCOLAR Y FORMACIÓN DOCENTE: ENLACES DE UN TRAYECTO DE FORMACIÓN
Caroline Braga Michel | Alessandra Amaral | Magda de Abreu Vicente 214

**A PROBLEMATIZAÇÃO DO USO DE COMENTÁRIOS E DESCRIÇÕES EM POSTS DA
INTERNET NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

THE PROBLEMATIZATION OF THE USE OF COMMENTS AND DESCRIPTIONS ON
INTERNET POSTS IN RESEARCH IN THE HISTORY OF EDUCATION

Maria Augusta Martiarena | Bruna Luiz dos Santos

230

**ARQUITETURA ESCOLAR: O PROJETO PADRÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA
PARA 500 ALUNOS NO RIO GRANDE DO SUL**

SCHOOL ARCHITECTURE: THE STANDARD DESIGN OF ECLECTIC ARCHITECTURE
FOR 500 STUDENTS IN RIO GRANDE DO SUL

Lisiê Kremer Cabral | José Henrique Carlucio Cordeiro

245

O SILÊNCIO DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL

THE SILENCE OF EDUCATIONAL HISTORY MANUALS ON THE RACIAL ISSUE

*Joatan Nunes Machado Junior*¹

*Juliana César Hamdan*²

Resumo: O artigo analisou os manuais didáticos e suas edições, de 1996 a 2007, encontrados até então, da História da Educação, disciplina obrigatória em quase todos os cursos de licenciaturas para a formação de professores da educação básica no Brasil. A análise concentra-se em como eles abordam a questão da História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros, obrigatória desde a Lei 10.639/2003, em seus textos. Tais manuais foram editados e escritos no Brasil, sobretudo a partir da última LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996. A análise busca explicitar e compreender historicamente a ausência do debate nos respectivos manuais didáticos a partir do diálogo com a produção contemporânea de autores, com trabalhos bastante relevantes na área.

Palavras-chave: Manuais Didáticos; História da Educação; Culturas afro-brasileiras; Lei 10.639/03.

Abstract: The article analyzed all the didactic manuals and their editions, from 1996 to 2007, found until then, of the History of Education, a mandatory subject in almost all degree courses for the formation of basic education teachers in Brazil. The analysis focuses on how they address the issue of the History and Culture of Africa and Afro-Brazilians, mandatory since Law 10.639/2003, in their texts. Such manuals were edited and written in Brazil, mainly from the last LDB - Law of Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 of 1996. The analysis seeks to historically explain and understand the absence of debate in the respective didactic manuals from the dialogue with the production of authors, with very relevant works in the area.

Keywords: Didactic Manuals; History of Education; Afro-Brazilian cultures; Law 10.639/03.

O ano de 2003 representou grande vitória para os movimentos sociais dos negros no Brasil. Esses movimentos traduziram-se em políticas públicas com foco na questão racial, conquistadas com muita luta e resistência. Desde a pós-abolição, com a concretização de algumas ações dos movimentos negros no século XX, tais como o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, por Abdias do Nascimento; Frente Negra Brasileira (FNB), associação que existiu de 1931 a 1937; Movimento Negro Unificado (MNU), de 1979, essa luta vem sendo fomentada e articulada pela sociedade civil organizada, com o objetivo de reconhecer os negros como sujeitos da história, bem como as inúmeras contribuições para a sociedade brasileira. Contudo, apenas no ano de 2003, com a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos Afro-brasileiros nas escolas, por meio da promulgação da Lei nº 10.639/03, foi efetivada a possibilidade de debater e tornar evidente uma história até então

¹ Mestre em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, bolsista CAPES, Especialista em Relações Étnico-Raciais UFES, licenciado em História pela FAFIA. ORCID: [0000-0001-7814-3106](https://orcid.org/0000-0001-7814-3106), e-mail: joatanmj@gmail.com.

² Doutora em História da Educação (UFMG/FaE), professora de História e Filosofia da Educação na Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP. ORCID: [0000-0002-3078-4876](https://orcid.org/0000-0002-3078-4876), e-mail: julianach62@gmail.com.

sistematicamente invisibilizada.

Se por um lado, as leis apontam novos meios de socialização e organização de determinadas práticas sociais, por outro, deve-se pensar em como devem ser implementadas. Assim sendo, já que os materiais didáticos são um instrumento, historicamente muito prestigiados na sala de aula³, a questão História da África e dos Afro-brasileiros nas escolas, sobretudo aqueles voltados para a formação de professores da educação básica, deveria ocupar ostensivamente os referidos materiais. Trata-se de uma estratégia necessária, considerando que os/as professores/as em formação vão ministrar disciplinas que, por sua vez, deverão abordar essa temática, em atendimento à referida lei. Contudo, não foi o que aconteceu, conforme discutiremos neste artigo, ou seja, a questão da História da África e dos Afro-brasileiros seguiu a sina da invisibilidade, no que se refere aos manuais didáticos para a disciplina de formação de professores/as

Partindo dessas premissas, o estudo a partir do qual este artigo se baseia, procurou conhecer, analisar e explicitar, historicamente, a ausência da abordagem de conteúdos acerca da história dos negros e dos afrodescendentes nos manuais didáticos de história da educação, considerando que estes têm sido amplamente utilizados pelos cursos de licenciaturas. Durante este percurso, identificamos também a necessidade de delimitar o foco, escolhendo a LDB 9.394/96 e a Lei nº 10.639/03 como importantes marcos orientadores para elaboração dessas análises, considerando que tais leis consolidaram inúmeras lutas e resistências históricas.

Tomamos, assim, os manuais didáticos de história da educação como objetos a serem analisados e, com isso, pretendemos contribuir para preencher uma lacuna nas pesquisas sobre a história da educação dos negros no Brasil. Como aponta o levantamento bibliográfico organizado por Surya Aaronovich Pombo de Barros (2016), embora exista um número expressivo de trabalhos abordando questões referentes à população negra e à educação, a historiadora afirma que essa inserção da população negra como sujeitos na história da educação ocorreu apenas no final da década de 1990, mesmo assim, de forma rarefeita e superficial.

Assim sendo, o foco deste artigo está na análise da relação entre os manuais didáticos (livros) adotados para a formação de professores na disciplina de História da Educação, as políticas públicas para a implementação da Lei nº 10.639/03, que altera a LDB 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de história da África e dos afro-brasileiros na educação básica, e pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, desde a promulgação da referida LDB. Além disso, incluímos a contribuição histórica do dossiê publicado na Revista Brasileira de História da Educação, sobre a temática, no ano de 2002, um ano antes da referida alteração.

³ O manual didático que se configura como objeto privilegiado de análise, pois são através dele que, segundo Alain Choppin (2008), se imprimem as manifestações mais claras de intervenção nos processos educativos.

Acreditamos que o livro didático é um objeto privilegiado para o estudo das “representações” disseminadas em determinados conteúdos, principalmente no âmbito da disciplina de história da educação, considerando que estas são construídas através das percepções do social, e de forma alguma constituem discursos neutros. Como afirma Chartier (1988, p. 17), elas: “[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Desse modo, os manuais escolares precisam ser compreendidos como materiais que são constituídos e capazes de constituir significados, tanto por aqueles conteúdos que explicitam, mas também e sobretudo, por aqueles que deixam de fora.

Como produtos das lutas e resistências dos povos negros, existem uma vastidão de materiais que representam as diversas trajetórias, marcadas por ricas expressões culturais, em geral, e pela educação, de forma particular. No entanto, a maior parte dos livros didáticos se satisfaz em circunscrevê-la ao período da escravidão, associando negros e escravos que “[...] foram compreendidos como sinônimos” durante muito tempo, o que resultou “[...] na construção de concepções que reduziram ambos à condição de objetos”, ou seja, indivíduos sem nenhuma autonomia, sem direito algum de agir na sociedade escravista (FONSECA, 2016, p. 23-24).

Tal redução relega, muitas vezes a condição de vida da população negra no Brasil à Abolição da Escravatura, em 1888, e também aos desdobramentos da Proclamação da República, em 1889, que, segundo Domingues (2008, p. 120), foi alicerçada nos postulados do “[...] racismo científico e do darwinismo social e lançou o Brasil numa campanha nacional para substituir a população mestiça brasileira por uma população ‘branqueada’ e ‘fortalecida’ por imigrantes europeus” - essas ações foram implementadas pela elite brasileira por meio de políticas públicas. Como consequência, os recém-libertos e os afrodescendentes foram privados – ou encontraram muitas dificuldades – “[...] de acesso ao emprego, à moradia, à educação, à saúde pública, à participação política, enfim, ao exercício pleno da cidadania”. Muito ao contrário do que se esperava e mesmo sendo ostensivamente ignorados, diante dessa situação, uma parcela significativa não permaneceu passiva: organizou-se e levou adiante várias formas de protesto, estimulando os movimentos de mobilização racial (negra) no Brasil.

Os Movimentos Negros e a Lei nº 10.639/03

A Lei de 2003 concretiza, sem sombra de dúvida, a luta por direitos iguais, articulada por diversos atores e setores da sociedade civil organizada, ligados aos movimentos negros, cujo início remonta a processos históricos já à época da colonização do país. Para Gomes (2017), o conjunto daquilo que podemos chamar, genericamente, de movimento negro, desempenhou a função de ressignificar e politizar afirmativamente a ideia de raça, questionando, assim, a própria história do Brasil e da população negra em nosso país. Nesse movimento, podemos considerar que uma das principais bandeiras foi e permanece sendo a

educação, mesmo que numa perspectiva distinta das que predominam ainda hoje, ou seja, aquela que busca subverter a teoria educacional, repensando a escola e descolonizando os currículos.

Nesse sentido, é importante pensar as noções de raça⁴ que permeavam as discussões nos movimentos negros, colidindo-as com as formas com que se materializaram na legislação educacional brasileira. Para isso, tomamos como referência a pesquisa realizada pelo advogado e professor Hédio Silva Junior (1998), por meio da qual se verificou, nas legislações federal, estadual e municipal, como a questão racial tem sido historicamente compreendida, por um lado. E, por outro, na mesma linha, o artigo de Lucimar Rosa Dias (2005), intitulado “Quantos passos foram dados? A questão de raça nas leis educacionais: da LDB de 1961 à Lei 10.639”, contribuiu de forma expressiva na compreensão do que se pode entender sobre “raça” na LDB.

Para efetivação da análise, realizamos uma leitura rigorosa e cuidadosa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada nos anos de 1961, 1971 e 1996 (LDB 4.024/61, 5692/71 e a 9394/96), esta última alterada em dois artigos pela Lei nº 10.639/03 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, por meio da identificação de palavras relativas ao campo lexical referente à História da África e Afro-brasileira. Nosso interesse foi o de compreender em que medida essa legislação, ao abordar a questão racial, impactou a produção dos manuais didáticos, sobretudo aqueles destinados à formação de professores/as e adotados, portanto, nos cursos de licenciaturas. Para a análise, também construímos um conjunto lexical que permitiu identificar as incidências nos documentos, tais como: negro, afro-brasileiro, raça, cor, etnia, minoria, cultura negra, discriminação, preconceito, segregação e racismo, levando em consideração que esses indicativos tratam da questão de raça.

Inicialmente, podemos afirmar que à medida que a sociedade brasileira foi se tornando mais democrática, a partir de abertura política no final da década de 1980, sobretudo por meio da participação da sociedade civil organizada, o conjunto da legislação educacional expressou, em seu texto, os aspectos demandados pela questão racial. Em decorrência desse processo, paulatinamente, a comunidade educativa em geral e os pesquisadores em particular, passam a ter que ter, necessariamente, conhecimento da temática. Como desdobramento e considerando que a História da Educação é uma disciplina obrigatória nos principais cursos de formação de professores de educação básica do país, procuramos responder, por meio do confronto entre livros e leis, mediado pela bibliografia, de que forma a cultura africana e afro-brasileira estaria contemplada, ou ausente, nos manuais didáticos dessa disciplina.

⁴ Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. (GOMES, 2005, p. 47).

Retrocedendo ao final do século XIX e início XX, podemos observar que diferentes setores, entre políticos e intelectuais, discutiam a miscigenação da raça e a entendiam como questão crucial para a formação da sociedade que emergia. Entretanto, essa miscigenação não traria consigo resultados positivos. Segundo alguns deles, tais como, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Arthur Ramos (1903-1949), Silvio Romero (1851-1914), dentre outros, entendiam a mistura de raça como indesejável para a superação do atraso nacional, apresentando-a como um fracasso para a organização social brasileira. Nas palavras de Lília M. Schwarcz,

[...] esses intelectuais entendiam a questão nacional a partir da raça e do indivíduo, mascarando uma discussão mais abrangente sobre cidadania, que se impunha no contexto de implantação da jovem República. No entanto, a adoção desses modelos não era tão imediata. Implicava em um verdadeiro ‘nó cultural’, na medida em que levava a concluir que uma nação de raças mistas, como a nossa, era inviável e estava fadada ao fracasso (SCHWARCZ, 2001, p. 23).

Em contrapartida, as ações e movimentos que propuseram uma pauta que intensificasse o diálogo entre diversos setores sociais acerca da questão racial, contaram com múltiplos atores, a maior parte deles anônimos, mas muitos ganharam bastante notoriedade. Além de Abdias Nascimento (1914-2011), um dos mais conhecidos destes, podemos citar também Francisco Lucrécio (1909-2001) e Lélia Gonzalez (1935-1994), responsáveis por avanços significativos no que se refere à incorporação das demandas originadas nas lutas, pela LDB 9493/96.

Os movimentos históricos, o racismo, a marginalidade, as leis, LDB's e o Movimento Negro⁵, convergem no sentido de explicitar uma ambiência social e educacional em que a cultura africana e afro-brasileira vai ganhando presença como parte do currículo.

Cabe destacar aqui as palavras de Abdias Nascimento, em 1979, que aborda esse protagonismo do negro brasileiro na luta contra o racismo e na criação de um movimento organizado para lutar contra as desigualdades socioeconômicas, em que ele diz:

O negro brasileiro não tem nenhuma necessidade de “imitar” qualquer outro movimento político. Temos uma longa história de lutas, iniciada vinte anos antes que o primeiro africano tivesse pisado a terra norte-americana, com a fundação do Quilombo dos Palmares em 1595. O Brasil produziu o primeiro herói pan-africano mundial, Zumbi dos Palmares, que morreu em 1697. A nova consciência

⁵ É um movimento social que ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça indagando assim a própria história do Brasil e da população negra em nosso país constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (GOMES, 2017, p. 21).

do negro brasileiro surge organicamente da opressão racista sofrida pelo nosso povo através de quase cinco séculos, e não de uma ideologia importada. É por isso que o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial nasceu da nossa comunidade e teve seu amplo apoio popular em julho de 1978. Ele tem um programa independente que não pede emprestado nada dos Estados Unidos, e se dirige às necessidades específicas do negro brasileiro, falando no seu respectivo idioma específico (NASCIMENTO, 1981, p. 15-16).

Na mesma direção, para a professora Nilma Lino Gomes (2017), o movimento negro traz consigo a função primordial de resignificar e politizar a raça positivamente, desvelando o que a impedia de se emancipar, reconstruindo, assim, uma identidade étnico-racial, na medida em que recoloca o negro como um sujeito de direitos.

Ao resignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil, e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (GOMES, 2017, p. 21).

Segundo dados históricos apontados pela autora, o movimento negro iniciou sua luta logo após a Proclamação da República brasileira, que aconteceu exatamente um ano depois da abolição da escravatura, em 1889 – lembrando que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. O sistema político que iniciava não assegurou à população negra nem mesmo os poucos direitos a ela destinados, quicá aqueles destinados aos homens brancos. Tal negligência que pode ser entendida como tendo sido intencional teria contribuído pelo nível de marginalização social ao qual, historicamente, os negros brasileiros foram submetidos. E foi precisamente no sentido de reverter essa situação que os escravizados recém-libertos, e seus descendentes, organizaram-se e criaram dezenas de grupos em vários estados da nação, cujo intuito foi mobilizar e agrupar os negros do Brasil em torno da causa.

Muitos aspectos da luta e da presença desta luta na legislação também foram apontados no artigo de Petrônio José Domingues (2007), que pode ser considerado como um dos mais importantes ativistas contemporâneos e pesquisadores da área, intitulado “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. Nesse artigo, o autor apresenta uma trajetória histórica dos principais movimentos sociais, desde a promulgação da República, em 1889, até os anos 2000. Evidencia também as estratégias que foram utilizadas pelos negros para combater a discriminação e o preconceito racial, dentre as quais a educação teve um lugar fundamental. O esforço do autor nos permite, por um lado, afirmar que foram muitas e duras as lutas históricas em prol de uma proposta educativa que contemplasse e refletisse essas lutas. Por outro, traz a evidência de que essa luta histórica tem sido muito pouco explorada pela História e a Historiografia da Educação brasileira.

Uma forma encontrada pelos intelectuais e ativistas negros da época para reunir e fazer a população negra refletir e combater o racismo foi o uso da imprensa. Dessa forma, os jornais constituíram a principal ferramenta dos intelectuais, que já em 1876, fundaram o periódico “O Homem”, na cidade de Recife. Desde então, a imprensa negra não cessou o seu trabalho, destacando-se, dentre eles, “O Exemplo”, em 1899 de Porto Alegre, “O Menelike”, de 1916; “O Alfinete”, de 1918; “A Liberdade”, de 1919; “Clarim da Alvorada”, de 1924; “O Kosmos”, de 1924; “O Elite”, de 1924, esses últimos de São Paulo; entre outros. Estes jornais denunciavam em suas páginas as atrocidades sofridas pela população negra nas diversas áreas. Domingues defende a importância de uma imprensa negra, quando defende que:

A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época. Surgiram jornais dessa mesma natureza em outros estados, como a *Raça* (1935), em Uberlândia/MG, o *União* (1918), em Curitiba/PR, *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre/RS, e o *Alvorada*, em Pelotas/RS. Este último – publicado com pequenas interrupções de 1907 a 1965 – foi o periódico da *imprensa negra* de maior longevidade no país (DOMINGUES, 2007, p. 105, grifos do autor).

Nesse mesmo viés, Gomes (2017) afirma que a imprensa negra surgiu para romper com o imaginário racista que atribuía ao negro o lugar de inferioridade intelectual, permitindo, assim, que os papéis educativos, informativos e politizador dos jornais fossem se concretizando, aos poucos, mostrando quais os caminhos deveriam ser seguidos para sua inserção na sociedade da época.

A imprensa foi operada como ferramenta de enfrentamento da população negra iniciando a luta por garantias socioeducacionais. Dessa forma, segundo Domingues (2008), embora a luta da população negra também fosse pela educação, não existia consenso sobre os motivos que levaram os negros a fundarem suas próprias escolas. Uma das hipóteses é que a disputa por um “lugar ao sol” entre os vários grupos étnicos que viviam em São Paulo se operava num clima de tensão. Assim, quando criavam suas próprias escolas, os negros expressariam seu esforço em se organizar, a fim de defender-se naquela disputa (DEMARTINI, *apud* DOMINGUES, 2008, p. 519). Outra explicação é que essas escolas foram uma resposta da população negra à discriminação racial que vicejava na rede de ensino. Havia escolas que dificultavam e outras que simplesmente vetavam a matrícula de negros (Domingues, 2004, p. 350).

Os vários investimentos da população negra em criar escolas no pós-abolição nem sempre foram exitosas, inúmeros eram os fatores que corroboravam com seu fracasso: ausência de recursos, falta de apoio estatal, falta de qualificação pedagógica de quem gerenciava os projetos etc. As consequências foram os fechamentos em pouco tempo de muitas escolas. Contudo, é importante registrar essas tentativas que aconteceram em São Paulo para compreendermos alguns aspectos relacionados à questão educacional (DOMINGUES, 2008).

Assim, a partir da análise histórica de alguns aspectos legais, demonstramos como foi exaustivo o caminho percorrido pelos movimentos sociais, FNB, TEN, e MNU, desde a LDB 4.024/61 até chegarmos à aprovação da Lei 10.639/03, a lei responsável pela alteração do currículo escolar que incluiu o estudo da história e cultura Afro-brasileira na educação básica. Contudo, não obstante todo esse expressivo conjunto legal e as significativas conquistas dos movimentos sociais, os manuais didáticos da História da Educação, disciplina obrigatória dos cursos de licenciatura, parecem ter apropriado apenas superficialmente, em seus textos, esse rico manancial cultural.

A ausência da temática racial nos manuais de história da educação

Retomando a questão central desse artigo, qual seja, a de explicitar como os manuais didáticos, editados no Brasil, da disciplina de História da Educação, obrigatória nos cursos de licenciaturas para a formação docente na educação básica, abordam a questão da cultura afro-brasileira em suas páginas, sobretudo a partir da última LDB 9394/96, que sofreu alteração da Lei nº 10.639/03, a qual, por sua vez, alterou os artigos 26-A, 79-A e 79-B⁶. Essas alterações são, em grande parte, resultados, por um lado, das lutas dos movimentos sociais, tais como *Frente Negra Brasileira*, *Teatro Experimental do Negro*, *Movimento Negro Unificado* que, entre outras coisas, incitaram um amplo embate em torno da causa antirracista e na defesa da preservação do patrimônio cultural africano. Por outro, essa luta contou também, como aliadas, diversas pesquisas produzidas nos programas de pós-graduação em educação, que salientaram o tema da cultura negra de forma geral, e a educação de forma particular.

Segundo o professor Ahyas Siss, a referida lei expressa avanços na superação das desigualdades e no reconhecimento da cultura afro brasileira, e tem caráter compensatório ao proporcionar a desconstrução de mentalidades e práticas preconceituosas, consequências deixadas pelo duradouro período de escravização, visto que “[...] as desigualdades raciais ou de gênero, como quaisquer outras, não se inscrevem na lógica da natureza, mas na lógica das relações. [...] São socialmente criados; podem e devem ser politicamente dirimidos” (SISS, 2003, p. 34).

6Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-A. Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria. VETADO

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Não obstante o amplo debate fomentado pelas lutas, pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós graduação das mais renomadas instituições de ensino superior no Brasil, e movimentos sociais, a questão racial e as contribuições da cultura africana para o Brasil aparecem apenas de forma sumária ou mesmo é inexistente nos principais manuais didáticos de História da Educação, adotados nos cursos de licenciaturas. Estamos defendendo que tal ausência afeta substancialmente a condição dos licenciados, que exercem a função de docentes na educação básica e que foram formados a partir das referidas leis, visto que as alterações advindas da Lei nº 10.639/03 atuam de forma substantiva para combaterem o preconceito por meio do reconhecimento e valorização do patrimônio cultural africano, constituinte da cultura brasileira.

No sentido de identificar essa ausência, foram analisados os manuais didáticos adotados recorrentemente nos cursos de licenciatura. Nesse sentido, listamos os seguintes autores: Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996), Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001), Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003), Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (orgs.) (2005), Paulo Ghiraldelli Jr. (2006), Cyntia Greive Veiga (2007). Como podemos observar, com exceção dos três primeiros, os demais foram publicados após a promulgação da lei de 2003.

A análise dos manuais didáticos acima citados, adotou as reflexões constituídas por alguns autores brasileiros, contemporâneos, que têm contribuído com uma significativa produção sobre a temática. Nossa análise se propôs a explicitar e compreender historicamente, os lugares ou mesmo a ausência desta temática nesses manuais e, para isso, recorreu aos trabalhos de Marcus Vinícius Fonseca, Nilma Lino Gomes, Petrônio Domingues e Surya Aaronovich Pombo.

É preciso demonstrar que existem fases distintas no desenvolvimento de pesquisas sobre o negro e a educação brasileira, segundo as professoras Rosângela Maria de Nazaré Barbosa Silva e Wilma de Nazaré Baía Coelho (2011), sendo que no início prevalecia nos textos o pensamento racista, em que as diferenças sociais e biológicas eram abordadas sem maiores constrangimentos.

Nos anos de 1930, com as contribuições das obras de Gilberto Freyre, atribuiu-se certo valor positivo à matriz africana na cultura brasileira, conservando-a na ideia de um povo miscigenado e no mito da democracia racial. O mito da democracia racial, segundo Joel Rufino dos Santos (1985), é responsável, talvez, por estabelecer tal ausência:

Na ótica da democracia racial, o real apareceria, desde logo, invertido: a discriminação e a resistência não eram regra, mas a exceção. Sobrava, por outro lado, matéria-prima à disposição dos construtores do mito: não havia notícias de conflitos raciais à americana, em nosso país; tínhamos, em todos os campos, uma comprida lista de pretos e mestiços notáveis, comprovando a tolerância [...]. Manipulando-a, a inteligência brasileira articulou as peças fundamentais do mito: 1º) nossas relações de raça são harmoniosas; 2º) a miscigenação é nosso aporte específico à civilização planetária; 3º) o atraso social dos negros, responsável por ficções tópicas, se deve, exclusivamente, ao seu passado escravista. O pensamento

conservador, mas também o liberal e o socialista deduziram deste teorema os corolários de ampla circulação ainda hoje: a pobreza desconhece o racismo; o sincretismo é o estágio superior das misturas de raças e culturas; o desenvolvimento capitalista equaliza o fator raça etc. (SANTOS, 1985, p. 288, grifos do autor).

Entretanto, nos anos de 1970, os autores afirmam que aconteceu uma contestação ao mito da democracia racial, considerando que as pesquisas sociológicas de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva examinavam as desigualdades brasileiras a partir da categoria racial, mas, tardiamente, dez anos depois, em 1980, as pesquisas confirmam o “[...] reconhecimento da existência do racismo pelo estado brasileiro e por uma postura nacionalista e culturalista” (SILVA; COELHO, 2011, p. 5-6).

Essa mudança, desencadeada no início dos anos de 1980, com a entrada da categoria racial nas pesquisas educacionais, e consolidado nos anos de 1990, teve crescimento substancial nos primeiros anos do século XXI, apontando a crítica ao racismo e demonstrando a ligação do negro com a educação como importantes temas para a educação brasileira.

A fim de obtermos dados para a discussão desse artigo analisamos dois meios de produções científicas de suma importância, tais como as produções registradas no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as da *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*. Dentro do marco temporal que antecedeu e seguiu a promulgação da lei de 2003, observamos que a produção dos manuais de história da educação manteve a ausência da história da população negra, visto que as pesquisas que abordam a temática estavam sendo produzidas, mas os manuais, em sua maioria não incorporaram esse debate.

Analisando o repositório da CAPES percebemos uma concentração substancial de produção nas instituições da região sudeste, coincidindo com a mesma região onde os autores dos manuais analisados estão situados. Sendo assim, podemos inferir que a questão geográfica não seria agravante para o adensamento da temática nos manuais. Outro fator relevante na análise é a questão temporal, visto que a primeira tese defendida foi em 1997, sob o título *“Igualdade e liberdade, pluralismo e cidadania: o acesso à educação dos negros e mestiços na Bahia”*, de Jaci M. de Menezes, um ano após a promulgação da LDB 9.394/96, marco temporal dessa pesquisa. Percebemos que, desde então, a temática se faz presente no interior das instituições de ensino superior. Entretanto, precisamos ressaltar que a obrigatoriedade da temática aparece com a lei 10.639 em 2003.

Podemos perceber nas análises uma concentração de produções no ano de 2002, ano este em que a revista publicou um dossiê intitulado *Negros e a Educação*. São quatro artigos que dialogam diretamente com a questão educacional e a população negra. Nos anos seguintes, percebemos uma diminuição nas publicações. Entretanto, a revista manteve uma periodicidade nas edições acerca da temática e apenas nos anos de 2004 e 2008 não tiveram em nenhum dos seus volumes publicações relacionadas à temática.

Dois destaques a serem enfatizados por nós são: a autora Cynthia Greive Veiga publicou um artigo no ano de 2006, um ano antes da publicação do seu manual que foi analisado por nós. O segundo é que dois autores aparecem em mais de uma publicação no decorrer dos anos, são eles: Marcus Vinícius Fonseca e Surya Aaronovich Pombo de Barros, que nos fornecem importantes e relevantes referências para o estudo e compreensão acerca dessa temática.

A análise aponta além disso uma emergência da temática na Revista Brasileira de História da Educação um ano antes da promulgação da lei 10.639/03, o que comprova a importância do tema para a comunidade acadêmica de História da Educação, e aponta também a temática como importante objeto de pesquisa. Um destaque relevante é que a autora, Cynthia Greive Veiga, publicou em 2005 um artigo relacionado à temática, entretanto, em seu manual a autora faz uma discussão superficial acerca disso.

Essa ausência, segundo Barros (2016), pode ser explicada, em alguma medida, pelas pesquisas ainda insuficientes (no caso de Aranha) ou pela pouca circulação das pesquisas existentes (no caso de Lopes e Galvão e, também, da Hilsdorf), considerando a proximidade temporal. Outra possibilidade de interpretação dessa ausência da discussão sobre a população negra nesses trabalhos, seria aquela de considerar que as três primeiras possuem um viés de análise de abordagem marxista, o que desconsiderariam as questões de cunho explicitamente étnico.

Se considerarmos a proximidade temporal, a visibilidade à população negra e suas questões já poderia ter sido realizada pelos trabalhos dos autores mais contemporâneos à lei, tais como Stephanou e Bastos, 2005, Ghiraldelli Jr., 2006, e Veiga, 2007, pois as pesquisas e a temática já estavam relativamente bem estruturadas na ocasião, com destaque para o dossiê intitulado “Negros e a Educação”, produzido pela Revista Brasileira de História da Educação, em 2002.

Por meio desse trabalho, podemos evidenciar um interesse crescente, ali no bojo das lutas que foram incorporadas na promulgação da lei de 2003, por parte de um grupo de pesquisadores em história da educação, com relação ao estudo das “[...] relações raciais entre negros e brancos no Brasil e a escola” (BARROS, 2011, p. 01). Mesmo considerando essa publicação, os manuais publicados subsequentemente não trazem análises significativas sobre a presença e a contribuição dos negros para a cultura brasileira, sobretudo no que se refere a práticas educativas.

Essa publicação, de certa forma, acaba por destravar a temática favorecendo o acolhimento de novas fontes, objetos, abordagens e problemas de pesquisas que, reconfiguraram suas fronteiras delimitando novos critérios e deslocamentos nas fronteiras históricas tradicionalmente consideradas. Por esse motivo, as pesquisas nesse campo passaram a requerer análises e problematizações nos processos que constituem seus objetos históricos e a interrogar a formação das fontes, apontando críticas à própria narrativa historiográfica, suscitando, por exemplo, a necessidade de “[...] rever as posturas que têm conduzido as pesquisas em história da educação e [...] uma atitude mais contundente no

sentido de retirar a invisibilidade que vem tradicionalmente marcando os negros” (FONSECA, 2007, p. 44).

Não obstante essa invisibilidade, os trabalhos no campo permitiram a compreensão de que “[...] raça não é uma categoria periférica na construção da sociedade brasileira, e sim um elemento estrutural que se manifesta em todas as suas dimensões, inclusive na educação” (FONSECA *apud* BARROS, 2011, p. 4). E, diante do enfrentamento necessário para dar visibilidade ao negro na história da educação, Fonseca (2009, p. 31) destaca que há a “[...] necessidade de uma incorporação plena dos negros às narrativas construídas com objetivo de interpretar o desenvolvimento histórico dos processos educacionais”.

Na contramão desses horizontes, os manuais (Aranha (1996), Lopes e Galvão (2001) e Ghiraldelli Jr. (2006)) que apresentam, ainda que de forma superficial a questão da cultura afro brasileira, apontam para reproduções de conteúdo, ao modo de uma revisão bibliográfica repetitiva, que acabam por ignorar a produção histórica do próprio campo, sobretudo, quando não questionam conteúdos que, embora consagrados, estão completamente equivocados. Um exemplo disso é a presença de uma abordagem que trata os negros no pós-abolição na perspectiva de subalternidade, ou seja, por uma visão escravocrata. Fica claro que a ideia veiculada é que os ex-escravizados estavam ligados diretamente à marginalização, sejam por passividade ou por submissão. Daí decorre que seria plausível a interpretação de que, segundo tal visão, os negros estavam à margem da sociedade por opção.

Os manuais analisados (caso das autoras Sthephanou e Bastos (2005) e Hilsdorf (2003)) podem levar os professores e leitores ao equívoco quando não explicitam as diversas lutas e embates travados, cotidianamente para a sobrevivência e inserção do ex-escravizado na sociedade, por meio, sobretudo, da criação de espaços educativos e culturais. Nesse aspecto, a exceção é o de Veiga (2007), que embora não aprofunde na temática, não apresenta o negro de forma genericamente submissa ou inserido artificialmente na sociedade.

Ainda restam muitas questões sobre quais as razões desse apagamento ou de que forma esse processo pode ter impactado a formação docente acerca desse apagamento, podemos apontar também, não de forma preponderante, a origem étnico-racial dos autores dos referidos manuais, afinal constatamos que os estudos e as pesquisas sobre a temática já estavam sendo realizadas, principalmente por negros, mas não fizeram parte das obras. É relevante salientar a elevada produção da temática por autores negros, em diferentes temporalidades, como os já citamos: Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Francisco Lucrécio, Nilma Lino Gomes, Petronio Domingues, Marcus Vinicius Fonseca, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Cida Bento, Djamila Ribeiro, Joel Rufino dos Santos, Bell Hooks, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Zara Figueiredo Tripoi, Lucimar Rosa Dias, entre outros.

Seja como for, o desafio persiste, ainda mais se considerarmos que casos de racismos interrogam diuturnamente o cotidiano da escola. Por isso, é preciso debruçar sobre como tem sido os processos e ações no sentido de superar essa lacuna existente no currículo

da formação de professores e do referencial bibliográfico adotado nos diversos cursos.

É preciso lembrar que, por mais que as leis sejam expressão das conquistas da sociedade civil organizada, por si só, não têm como transformar a realidade vivida de práticas de racismo, que continuam a assolar a sociedade brasileira. Resta-nos, como educadores, concretizá-las nas suas mais diversas dimensões. Por isso, a importância de serem contempladas de forma intensiva e ostensiva, com a profundidade e a radicalidade necessárias, nas salas de aula da formação de professores, por meio dos materiais didáticos adotados, em especial nos livros, mais alinhados com os avanços do campo.

Fontes de Pesquisa

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação: o que você precisa saber sobre**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. I: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Referências Bibliográficas

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de Barros. Algumas questões acerca da história da população negra no Brasil: estado da arte (1989-2010). In: Simpósio Nacional de História, **Anais**, São Paulo: ANPUH, 2011.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary Del Priore. Brasília. Brasília: EdUNB, 1998.

CHOPPIN, Alain. Políticas dos livros escolares no mundo: Perspectiva comparativa e histórica, **História da Educação**, vol. 12, n. 24, pp. 9-28, Rio Grande do Sul, 2008.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639/03 de 2003. In: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação do negro e outras histórias**. Brasília, SECAD/ UNESCO, 2005, p. 49- 62.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos

- históricos. *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.
- _____, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 39 set./dez. 2008.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2002.
- _____; BARROS, Surya Aaronovich Pombo. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. EDUFF, Niterói, 2016.
- FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13, jan./abr. 2007.
- _____. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. **Educação e Pesquisa**, nº3, set/dez. 2009.
- GUIMARÃES, Rosângela M.C., GATTI JÚNIOR. Noções de História da Educação, de (Julio) Afrânio Peixoto. In: LOPES, Ana Amélia B. de M.; MELO, Cleide Maria Maciel de (Orgs). **Clássicos da Educação Brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Educação anti-racista: abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo, 3ª ed.: Perspectivas, 2016.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma rebelião**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Relações raciais e educação: o estado da arte. In: Fórum Identidades e Alteridades, 5. **Anais**. Itabaiana, 2011.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 285-308, jul./set. 1985. Edição especial: Movimentos sociais.
- SELO NEGRO EDIÇÕES. Biografia do autor, 2018. Disponível em <<https://www.gruposummus.com.br/autor/petronio-domingues/>>. Acesso em: 03 set 2022.
- SILVA Jr., Hédio. **Anti-Racismo** — Coletânea de Leis Brasileiras, Ed. Oliveira Mendes, São Paulo, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia K. Mortiz. **Dando nome às diferenças**. São Paulo: Humanitas, 2001.